

CP_11_GesBA/2024

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A
VIATURAS MULTIMARCA DA FROTA AUTOMÓVEL DA GESBA**

PROGRAMA DO CONCURSO

NOVEMBRO/2024



ÍNDICE

SECÇÃO I- DISPOSIÇÕES GERAIS

- Cláusula 1.^a Identificação do concurso
- Cláusula 2.^a Entidade Pública Contratante
- Cláusula 3.^a Órgão que tomou a decisão de contratar
- Cláusula 4.^a Concorrentes
- Cláusula 5.^a Agrupamentos
- Cláusula 6.^a Critério de adjudicação
- Cláusula 7.^a Preço base

SECÇÃO II PROPOSTAS

- Cláusula 8.^a Apresentação das propostas
- Cláusula 9.^a Fornecimento das peças do procedimento
- Cláusula 10.^a Esclarecimentos
- Cláusula 11.^a Proposta
- Cláusula 12.^a Propostas variantes
- Cláusula 13.^a Prazo de manutenção das propostas

SECÇÃO III ANÁLISE DE PROPOSTAS

- Cláusula 14.^a Análise de propostas
- Cláusula 15.^a Esclarecimentos sobre as propostas

SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO

- Cláusula 16.^a Notificação da decisão de adjudicação
- Cláusula 17.^a Documentos de habilitação
- Cláusula 18.^a Causas de não adjudicação

SECÇÃO V CAUÇÃO

- Cláusula 19.^o Caução

SECÇÃO VI CONTRATO

- Cláusula 20.^a Aceitação da minuta do contrato
- Cláusula 21.^a Notificação de ajustamento ao contrato
- Cláusula 22.^a Outorga do contrato



2

SECÇÃO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.ª Prazos

Cláusula 24.ª Encargos

Cláusula 25.ª Legislação aplicável

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Identificação do Concurso

O presente Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, aberto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, visa a **aquisição de serviços de manutenção e assistência técnica a viaturas multimarca da frota automóvel da GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda.**, melhor identificadas no anexo I ao presente programa do procedimento, e outras que possam vir a ser adquiridas futuramente, nos termos e condições estipulados na memória descritiva, também em anexo ao presente programa do procedimento, do qual fazem parte integrante, e nos termos e condições insertas no caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda. (doravante, designada por GESBA), com sede à Rua de Santa Rita, n.º 56, São Martinho, 9000 - 238 Funchal, Madeira, Portugal, Telefone 291 701 050, Fax n.º 291 701 059 e correio eletrónico concursos@gesba.pt, sendo a plataforma eletrónica de contratação pública utilizada a seguinte: www.acingov.pt.

Cláusula 3.ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Gerência da GESBA, na reunião de 19/11/2024, consignada na ata n.º 47/2024, ao abrigo de poderes próprios, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Concorrentes

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e que, quando legalmente exigido, cumpram as obrigações fiscais declarativas referidas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.



4

Cláusula 5.^a

Agrupamentos

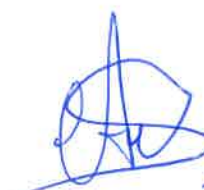

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Cláusula 6.^a

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, de acordo com os seguintes fatores:

Fatores		Mínimo	Máximo	Ponderação	Pontos
1	Preço Mão de Obra (Mecânica, Elétrica, Pintura, Bate-Chapa, Estofador, Preparação para Inspeção, Ajustagens, Alinhamentos)	25,00 €	50,00 €	40%	8
2	Percentagem de desconto das peças não tabeladas (novas, multimarcas/linha branca e de origem)	10%	30%	30%	6
3	Preço das peças tabeladas	33 021,48 €/ano	66 042,96 €/ano	20%	4
4	Serviço de diagnóstico e <i>reset</i> de avarias	0,00 €	50,00 €	10%	2
Total				100%	20

 5 

1.1. O **fator preço da mão-de-obra/hora** será avaliado de acordo com a seguinte fórmula matemática:

Fx = Preço proposto [€/h (sem IVA incluído)]

FMa = 50,00 €/h (sem IVA incluído)

Fme = 25,00 €/h (sem IVA incluído)

$$Fator\ MO/h = PontuaçãoMáxima \times \left(\frac{(FMa - Fx)}{(FMa - Fme)} \right)$$

Ou seja:

$$Fator\ MO/h = 8 \times \left(\frac{50,00 - Fx}{25,00} \right)$$

1.2. O **fator desconto nas peças** será avaliado de acordo com a seguinte fórmula matemática:

Fx = Desconto proposto [%]

FMa = 30%

Fme = 10%

$$Fator\ DescontoPeças = PontuaçãoMáxima \times \left(\frac{(Fx - Fme)}{(FMa - Fme)} \right)$$

Ou seja:



$$Fator\ DescontoPeças = 6 \times \left(\frac{Fx - 10}{20} \right)$$

1.3. O **fator preço das peças tabeladas** será avaliado de acordo com a seguinte fórmula matemática:

Fx = Preço proposto [€]

FMa = 66.042,96 €

Fme = 33.021,48 €

 6 

$$Fator\ PreçoPeças = PontuaçãoMáxima \times \left(\frac{(FMa - Fx)}{(FMa - Fme)} \right)$$

Ou seja:

$$Fator\ PreçoPeças = 4 \times \left(\frac{66.042,96 - Fx}{33.021,48} \right)$$

1.4. O fator **serviço de diagnóstico e reset** de avarias será avaliado de acordo com a seguinte fórmula matemática:

Fx = Preço proposto [€ (sem IVA incluído)]

FMa = 50,00 € (sem IVA incluído)

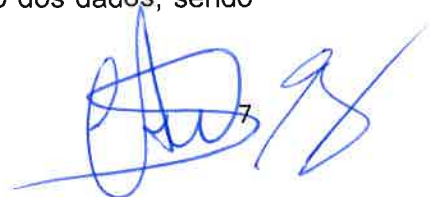
Fme = 0,00 € (sem IVA incluído)

$$Fator\ PreçoDiagn. = PontuaçãoMáxima \times \left(\frac{(FMa - Fx)^{10}}{(FMa - Fme)^{10}} \right)$$



Ou seja:

$$Fator\ PreçoDiagn. = 2 \times \left(\frac{(50,00 - Fx)^{10}}{50^{10}} \right)$$

2. A classificação final de cada proposta será obtida através do somatório das pontuações parciais de cada um dos fatores de ponderação que integram o critério de adjudicação da seguinte forma: soma do **Fator 1 X 40% + Fator 2 X 30% + Fator 3 X 20% + Fator 4 X 10%**.
3. Em caso de empate, dar-se-á preferência à proposta que, pela seguinte ordem, apresentar maior pontuação no Fator 1, Fator 2, Fator 3, Fator 4.
4. Caso a igualdade se mantenha, proceder-se-á ao desempate através da realização de sorteio, a decorrer nos seguintes termos:
 - a) O sorteio será presencial e realizar-se-á na presença de um ou mais elementos do Júri, após o termo do prazo de audiência prévia ao relatório preliminar, nas instalações da GESBA, em São Martinho, em dia e hora a comunicar aos concorrentes;
 - b) Ordenação do Sorteio – mediante o lançamento de dados, sendo a ordenação definida pela pontuação máxima do lançamento, ou seja, o 1.º lugar no sorteio será ocupado pelo candidato que obtiver mais pontos no lançamento dos dados, sendo



- as restantes posições definidas de igual forma. Serão efetuados tantos lançamentos quantos forem necessários até se conseguir ordenar todos os concorrentes empatados;
- c) Sorteio – Serão colocadas tantas bolas, quanto o número de concorrentes empatados, uma das quais de cor preta. A retirada de bolas será efetuada respeitando a ordenação indicada na alínea anterior;
- d) Vencedor do sorteio – O primeiro concorrente que retire a bola preta será considerado vencedor do sorteio, sendo classificado em 1.º lugar na lista de ordenação final das propostas;
- e) As restantes posições serão ordenadas utilizando o método definido nas alíneas c) e d), respeitando a ordenação do sorteio definida nos termos da alínea b);
- f) Os concorrentes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes;
- g) O(s) concorrente(s) que não possam comparecer ao sorteio podem solicitar a sua representação por uma testemunha a designar pela entidade adjudicante, devendo, para o efeito, remeter à GESBA uma declaração nesse sentido, até às 17h00 da véspera do dia do sorteio, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante;
- h) Os concorrentes que não compareçam nem queiram fazer-se representar nos termos da alínea precedente, ficarão posicionados nos seguintes termos:
- Tratando-se de empate entre duas propostas, em que compareça apenas um dos concorrentes, este ficará imediatamente posicionado em primeiro lugar, ficando o concorrente que não compareceu posicionado em segundo lugar;
 - Tratando-se de empate entre três ou mais propostas, em que compareçam apenas alguns dos concorrentes, estes ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a realizar de acordo com o estipulado nas alíneas b) a d) *supra*, sendo os concorrentes ausentes representados por testemunha(s) a designar pela entidade adjudicante;
 - Caso não compareçam quaisquer concorrentes, os mesmos ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a decorrer de acordo com o estipulado nas alíneas b) a d) *supra*, a realizar por testemunha(s) a designar pela entidade adjudicante.
- i) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

 8 

Cláusula 7.ª

Preço base

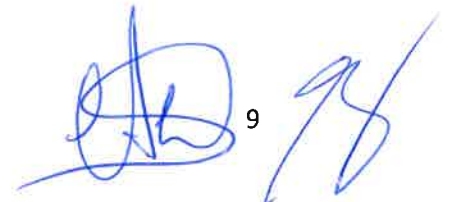
1. O preço base global é de **EUR 600.000,00 (seiscentos mil euros)**, o que corresponde ao preço base anual de **EUR 200.000,00 (duzentos mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base fixado resultou dos preços obtidos em resultado de consulta preliminar ao mercado realizada nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP. A informação pertinente poderá ser disponibilizada aos futuros concorrentes, caso seja solicitada, em conformidade com a Orientação Técnica do IMPIC n.º 04/CCP/2019.

SECÇÃO II PROPOSTAS

Cláusula 8.ª

Apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas até às **17H00 do 33.º (trigésimo terceiro) dia a contar da data do envio do anúncio para o Jornal Oficial da União da União Europeia**, na plataforma eletrónica usada pela entidade adjudicante, www.acinGov.pt, devendo ser respeitado o disposto no Código dos Contratos Públicos e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
O computador utilizado pelos concorrentes deverá estar preparado com os requisitos mínimos disponíveis na plataforma eletrónica usada pela entidade adjudicante, www.acingov.pt, sob pena de exclusão da proposta por não observação das formalidades de apresentação das mesmas, nos termos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - c) Cujas receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.



9

3. **A proposta e os documentos/ficheiros que lhes associarem devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma, nos termos dos artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro.**
ATENÇÃO: Os documentos que integram as pastas compactadas, têm de ser individualmente assinados, nos moldes atrás referidos.

Cláusula 9.ª

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

O programa do procedimento, o caderno de encargos e as informações sobre o presente concurso estão disponíveis na plataforma eletrónica indicada na cláusula anterior, para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 10.ª

Esclarecimentos e erros e omissões das peças

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso.
2. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos durante o primeiro terço do prazo fixado na cláusula 8.ª do presente programa do procedimento.
3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser solicitados por escrito ao júri do concurso na plataforma eletrónica www.acinGov.pt, utilizada pela entidade adjudicante.
4. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito na plataforma eletrónica www.acinGov.pt, até ao fim do segundo terço do prazo fixado na cláusula 8.ª.
5. No prazo referido no número 2, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.
6. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica www.acinGov.pt, utilizada pela entidade adjudicante.

Cláusula 11.^a

Proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. O concorrente deve apresentar proposta para a totalidade dos serviços objeto do único lote a concurso, com respeito pelo preço base e demais termos e condições.
3. Na proposta, o concorrente deve ainda indicar/apresentar os seguintes elementos/documentos:
 - a) Referência do concurso;
 - b) Nome do concorrente;
 - c) Documento que comprove os poderes de representação de quem assina a proposta;
 - d) Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - e) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I-M ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante;
 - f) Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - I. Preço total em algarismos, e preferencialmente por extenso, mencionando que a este acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto. No preço contratual consideram-se incluídos todos os serviços descritos na Memória Descritiva;
 - II. O preço da mão-de-obra/hora único, sem inclusão da taxa legal do IVA, aplicável às especialidades de mecânica, eletricidade auto, pintura, bate-chapa, estofador, preparação para inspeção periódica, afinações e alinhamentos, sendo obrigatório ter todas as categorias, não podendo os valores unitários ficar aquém ou ir além dos valores mínimos e máximos indicados, respetivamente, no critério de adjudicação, sob pena de exclusão da proposta;
 - III. Percentagem de desconto nas peças não tabeladas, novas e certificadas (multimarca/linha branca e de origem). O preço das mesmas, antes de desconto, não poderá ser superior ao preço da mesma peça na origem. O desconto deverá incidir nas peças novas certificadas multimarca ou de origem, não podendo o desconto percentual ficar aquém ou ultrapassar os valores mínimo e máximo indicados, respetivamente, no critério de adjudicação, sob pena de exclusão da proposta;

- IV. Preço de todas as peças solicitadas na tabela (peças tabeladas), exceto as que, comprovadamente, a respetiva viatura não utilize, com preenchimento do Anexo C – Fator 3, **sob pena de exclusão da proposta**;
- V. Preço dos serviços de diagnóstico e *reset* de avarias, não podendo os mesmos ultrapassar o valor máximo indicado no critério de adjudicação, **sob pena de exclusão da proposta**.
4. A proposta deverá incluir os seguintes elementos, **obrigatórios, sob pena de exclusão**:
- a) Certidão permanente onde conste a sede e o CAE do concorrente;
 - b) Indicação da localização da(s) oficina(s) onde serão prestados os serviços objeto do presente procedimento.
5. O concorrente deverá indicar, ainda, o **prazo de garantia das peças e acessórios** a aplicar nas reparações, **que não poderá ser inferior a 3 (três) anos, sob pena de exclusão da proposta**; (Caso o concorrente não indique o prazo de garantia, será considerado o prazo mínimo admitido indicado nas peças do procedimento).
6. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.
7. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, sobre os indicados em algarismos.
8. A declaração referida na alínea e) do n.º 3, da presente cláusula, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
9. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea e) do n.º 3 da presente cláusula deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
10. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 12.ª

Propostas variantes

1. Não é permitida a apresentação de propostas com variantes.



2. Não é permitida a apresentação de propostas com alterações às cláusulas do caderno de encargos.

Cláusula 13.^a

Prazo de manutenção das propostas

O concorrente obriga-se a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do disposto no artigo 65.º do CCP.

SECÇÃO III

ANÁLISE DE PROPOSTAS

Cláusula 14.ª

Análise de propostas

1. As propostas são analisadas considerando o critério de adjudicação.
2. As propostas serão excluídas nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
3. É aplicável o disposto no n.º 6 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Cláusula 15.ª

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica www.acinGov.pt, sendo todos os concorrentes notificados desse facto.

SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO

Cláusula 16.ª

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto na cláusula que se segue;
 - b. Prestar caução, no prazo de 10 (dez) dias úteis, se esta for devida, nos termos do disposto no presente programa do procedimento, indicando expressamente o seu valor.
 - c. Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito.
3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Cláusula 17.ª

Documentos de habilitação

1. Ao adjudicatário ser-lhe-á exigida a apresentação, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da receção da notificação da decisão de adjudicação, dos documentos a seguir mencionados, nos termos do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II-M ao presente programa e do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; **(Registos criminais de todos os gestores/administradores; certidão da segurança social; certidão das finanças);**
 - c) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou, alternativamente, o código de consulta à certidão de beneficiário efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e da Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto;
 - d) Documentos exigidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual **(Apenas para entidades com rendimentos gerados no território da RAM):**
 - i. Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse

- período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato;
- ii. Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
 - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - iv. Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA.
- e) **Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas na alínea precedente, devem apresentar declaração sob compromisso de honra (anexo III-modelo 3), subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.**
- f) Cópia da Certidão do Registo Comercial e de procuração, caso o contrato seja assinado por procurador;
- g) Identificação completa (através de cópia do B.I./C.C. e indicação da residência da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato e qualidade em que intervém(êm).
2. A documentação suprarreferida deve ainda ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato, a autorização do contraente público fica condicionada à apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do cocontratante.
3. Caso os documentos apresentados ao abrigo do ponto anterior contenham irregularidades que possam determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, será concedido o prazo não superior a 3 (três) dias para a supressão das mesmas.
4. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa e ser assinados pelas entidades que os emitem.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. Os adjudicatários ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos no n.º 1 cujo acesso já tenha sido facultado através do Documento Europeu Único de Contratação Pública e desde que os mesmos se encontrem válidos aquando da notificação da adjudicação.
7. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica www.acinGov.pt, utilizada pela entidade adjudicante.

8. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

Cláusula 18.ª

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação nos termos do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, caso ocorra, será notificada a todos os concorrentes.


SECÇÃO V

CAUÇÃO


Cláusula 19.ª

Caução

1. No caso do contrato a celebrar implicar o pagamento de um preço igual ou superior a EUR 500.000,00 (quinhentos mil euros), para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, será exigida, nos termos dos artigos 88.º e 89.º do Código dos Contratos Públicos e do artigo 8-B.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, a prestação de uma caução no valor de 2% do montante total do preço do primeiro ano de vigência do contrato, sem IVA. Cada renovação, está condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço de cada um dos períodos de vigência do contrato.
2. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
3. A caução deverá ser prestada no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da notificação da decisão de adjudicação.
4. A caução deverá ser prestada por qualquer modo previsto no artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Caso a caução seja prestada mediante garantia bancária, deverá ser adotado o modelo constante do Anexo IV ao presente programa do procedimento e que dele faz parte integrante.
6. Poderá não ser exigida prestação de caução nas situações previstas no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.



16



SECÇÃO VI

CONTRATO

Cláusula 20.ª

Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

Cláusula 21.ª

Notificação de ajustamento ao contrato

Caso se procedam a ajustamentos ao contrato e estes sejam aceites pelo adjudicatário, todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas serão notificados desse facto.

Cláusula 22.ª

Outorga do contrato

O órgão competente para a decisão de contratar comunicará ao adjudicatário o seguinte:

- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
- b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.


SECÇÃO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS


Cláusula 23.ª

Prazos

Todos os prazos indicados no presente programa cumprem o disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.



17



Cláusula 24.ª



Encargos

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração da proposta no âmbito do presente concurso e, do adjudicatário, as relativas à celebração do contrato, designadamente a prestação de caução, se aplicável.

Cláusula 25.ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.

 18 

ANEXOS

ANEXO I – M

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na

 20 

sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas **b)**, **d)**, **e)** e **h)** do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.


21

ANEXO II - M

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b)**, **d)**, **e)** e **h)** do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].


(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».


(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»..

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



22



ANEXO III

Modelo 3

“xxx, titular do CC n.º xxx, com morada xxx, na qualidade de gerente/representante da xxxxx com sede em xxx, capital social xxx, NIF xxx, matriculada na conservatória do registo comercial de xxx, declara que o adjudicatário do Concurso N.º _____, não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 23.º, 25.º e 26.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro.

Data:

Assinatura:

 23 

ANEXO IV – Garantia Bancária

Modelo de Garantia Bancária/Seguro-caução para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

Garantia bancária n.º ____ ou Seguro de caução – Apólice n.º ...

Em nome e a pedido de ...(Identificação completa do adjudicatário), vem o(a) ...(Identificação completa da instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de ...(Identificação completa da entidade beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução¹, até ao montante de ...euros, (extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ...(identificar o procedimento) relativo à adjudicação correspondente a ...², nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs³ ... do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a ...%⁴ do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros⁵ garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

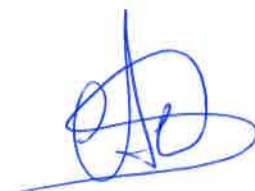
... (data)...

... (assinatura).


As assinaturas da presente garantia bancária/seguro-caução devem ser devidamente reconhecidas por Notário (cf. artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 26/2004 de 04 de fevereiro) ou por Advogado ou Solicitador (cf. artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março conjugado com a Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho).

¹ Eliminar o que não interessar.

² Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de ...locação de .../fornecimento de .../prestação de serviços de .../empreitada de ...).



24



³ Tratando-se de “garantia bancária”, devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 do artigo 90.º do CCP. Tratando-se de “seguro-caução”, devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 do artigo 90.º do CCP.

⁴ O valor da caução será de 2% do preço contratual, exceto se o valor da proposta adjudicada for considerada com “preço anormalmente baixo”, situação em que o valor da caução é de 10% do preço contratual – vide n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º do CCP e n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2013/M, de 10 de dezembro.

⁵ Eliminar o que não interessa.

Memória descritiva

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A VIATURAS MULTIMARCA DA FROTA AUTOMÓVEL DA GESBA

A presente memória descritiva tem por objeto a contratação de serviços de manutenção e assistência técnica a veículos multimarca da frota automóvel da GESBA – Empresa de Gestão do Setor da Banana, Lda. à data do presente concurso, constantes no Anexo I – Frota da GESBA, bem como outras que possam vir a ser adquiridas futuramente, a serem prestados por oficinas multimarca:

A. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

1. A entidade adjudicatária terá de possuir código CAE 45200;
2. Devido ao facto de a atividade da GESBA desenvolver-se maioritariamente entre os concelhos de Santa Cruz e Ponta do Sol, os serviços a efetuar serão prestados por prestadores de serviços que tenham instalações/oficinas localizados nos concelhos de Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Ponta do Sol;
3. As viaturas só deverão ser recebidas pela entidade adjudicatária quando devidamente acompanhadas do respetivo Pedido de Reparação elaborado pela GESBA. O prazo de resposta de orçamentação consiste no intervalo de tempo entre o momento da receção da viatura e o do envio do orçamento de reparação, deverá ser **inferior ou igual a 1 (um) dia útil**. As viaturas só deverão ser intervencionadas após receção da respetiva Nota de Encomenda/Requisição emitida pela GESBA. O prazo de resposta da reparação consiste no intervalo de tempo entre o momento da comunicação da aprovação do orçamento de reparação apresentado (através da nota de encomenda/requisição emitida pela GESBA) e o do início da reparação, deverá ser **inferior ou igual a 1 (um) dia útil**, salvo casos devidamente justificados;
4. Aquando da reparação das viaturas, deverá ser verificado se existem outras anomalias para além das já mencionadas no respetivo Pedido de Reparação. Caso sejam detetadas outras anomalias ali não especificadas, deve o fornecedor informar à GESBA das mesmas, por escrito, preferencialmente via correio eletrónico indicado previamente;
5. Quando o valor do orçamento para a reparação for superior a 1.000 €+ IVA, o orçamento deverá vir acompanhado de fotografias que ilustrem a avaria e o material danificado e de um pequeno relatório técnico explicativo da causa da avaria;

6. O serviço só poderá ser efetuado depois de a GESBA aprovar o respetivo orçamento previamente emitido pelo prestador do serviço, através da emissão da respetiva Nota de Encomenda/Requisição. As viaturas não poderão, em caso algum, ser reparadas sem a prévia autorização da GESBA;
7. Por iniciativa da GESBA e com o acordo do cocontratante, a prestação do serviço poderá ser realizada nas instalações da GESBA;
8. Os tempos estimados de mão-de-obra para reparação das viaturas não poderão ser superiores aos estipulados pelas respetivas marcas, de acordo com os tempos preconizados. Em anexo a cada orçamento deve vir documento do sistema de orçamentação disponível, discriminando o tempo de mão-de-obra para a intervenção em causa;
9. O preço das peças não tabeladas antes de desconto não poderá ser superior ao preço da mesma peça na origem. O preço das peças tabeladas deverá respeitar o limite máximo indicado na proposta apresentada. Anualmente, os valores tabelados serão alvo de ajuste através da aplicação da taxa de inflação identificada;
10. Dependendo do tipo de reparação, e tendo em consideração a idade, tipo de viatura e serviço a que está afeta, deve ser equacionado e decidido se o material a aplicar deverá ser original ou não, pelo que, em caso de dúvida, deverá ser solicitado esclarecimento à GESBA. Em caso algum, as peças a aplicar poderão ter um custo superior ao custo das peças de origem. Nestes casos, deverá ainda ser equacionada a possibilidade de fornecimento pela GESBA de algumas peças ou órgãos em estado usado, tais como caixas de velocidades, caixas de direção, motores, turbos, etc., de forma a viabilizar a reparação em causa;
11. A GESBA poderá ainda fornecer peças e materiais em estado de novo, sempre que se verifique diferença de preço significativo e comprovado pela GESBA junto da adjudicatária;
12. O fornecedor deverá entregar as peças substituídas nas reparações, no momento da entrega da viatura, contidas nas caixas/invólucros das peças novas no interior da viatura;
13. As peças e acessórios a aplicar nas reparações deverão ter um prazo de garantia de, no mínimo, 3 (três) anos;
14. Caso se verifique o indicado nos pontos 10. e 11. *supra*, o prestador de serviço não é obrigado a assegurar a garantia dessa reparação, no que diz respeito à(s) peça(s) colocada(s) na reparação da viatura, fornecidas pela GESBA;
15. De forma aleatória, a GESBA poderá solicitar orçamentos a uma entidade que não a adjudicatária para termos de comparação de preços das peças.



B. REQUISITOS TÉCNICOS:

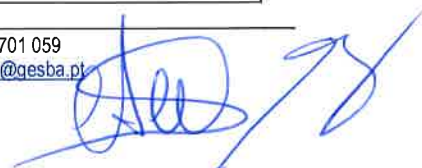
1. Em caso algum os veículos da GESBA poderão ficar estacionados ou parquados fora das instalações do cocontratante além do horário de funcionamento;
2. O cocontratante deve cumprir todas as normas ambientais aplicáveis a oficinas do ramo automóvel, como sejam os Decretos-Lei n.ºs 64/2008, de 8 de abril, e 152-D/2017, de 11 de dezembro, e/ou outros que se apliquem;
3. A segurança das viaturas, bem como todos e quaisquer danos que venham a ser detetados depois da entrega das viaturas nas instalações do prestador de serviços, serão da responsabilidade do mesmo;
4. No ato de receção dos veículos, o prestador de serviços deve:
 - a. Verificar o estado geral do veículo;
 - b. Verificar os materiais e equipamentos que se encontram no seu interior;
 - c. Elaborar uma "GUIA DE RECEÇÃO E ENTREGA DE VIATURA", que deve ser assinada pelo elemento da GESBA e pelo representante da adjudicatária presentes no ato de receção da viatura, com indicação dos elementos seguintes:
 - i. Identificação do veículo;
 - ii. Data da receção do veículo;
 - iii. Confirmação da anomalia requisitada ou anotação de outras anomalias não identificadas;
 - iv. Quilómetros registados;
 - v. Quantidade aproximada de combustível em depósito;
 - vi. Materiais e equipamentos no interior do veículo;
 - vii. Outros;
 - d. Remeter cópia deste registo por correio eletrónico indicado à GESBA.
5. Após a reparação do veículo, a oficina deve:
 - a. Comunicar a conclusão da reparação à GESBA;
 - b. Registrar os quilómetros atuais na folha de receção, data de entrega (devolução) e registo da quantidade de combustível na viatura;
 - c. Descrição sumária da reparação efetuada, com identificação da ordem de reparação (Nota de Encomenda/Requisição), indicação de todas as peças e materiais aplicados na reparação;
 - d. Entrega de cópia da folha de receção ao elemento que procede ao levantamento do veículo;
 - e. Em simultâneo, remeter cópia do mesmo expediente à GESBA via correio eletrónico indicado.



6. Nos casos estritamente necessários, poderá o funcionário da oficina efetuar a experiência de viaturas no exterior das instalações. A experiência de viaturas na via pública deverá limitar-se ao espaço e tempo estritamente necessários para o efeito, devendo sempre ser observadas as regras de trânsito e demais legislação rodoviária em vigor, ficando por conta e responsabilidade da oficina reparadora e/ou condutor qualquer transgressão ou infração cometida, para além das consequências da aplicação de outras medidas que lhe possam vir a ser imputados, após avaliação da situação pela GESBA;
7. O prestador do serviço deve promover anualmente uma formação, quer pela própria empresa ou por outra subcontratada, para ministrar formação nas instalações da GESBA para os utilizadores da frota da GESBA sobre os seguintes temas:
 - a. Condução segura;
 - b. Condução económica;
 - c. Procedimentos e forma de condução por forma a minimizar avarias nas viaturas.
8. As instalações do adjudicatário deverão ter:
 - a. Uma área própria segura devidamente reservada e vedada ao público, para estacionamento dos veículos da GESBA que tenham sido objeto de reparação ou que estejam a aguardar reparação;
 - b. Capacidade de estacionamento na oficina para, no mínimo:
 - i. 5 (cinco) veículos pesados;
 - ii. 3 (três) veículos ligeiros.
 - c. Área de trabalho coberto com, pelo menos, um espaço para 4 (quatro) viaturas pesadas. O pé direito deve ter, pelo menos, 7 (sete) metros, e o portão de acesso à oficina deve ter 5 (cinco) metros de altura, para permitir a entrada de viaturas ligeiras e pesadas em cima de reboque;
9. A entidade adjudicatária deverá possuir:
 - a. Todos os meios técnicos para a resolução de avarias, nomeadamente, entre outros, máquinas de diagnóstico devidamente atualizadas;
 - b. Pelo menos, um elevador de, pelo menos, 5000kg, peso em vazio, para veículos pesados.

ANEXO I – FROTA DA GESBA

Categoria Viatura	Matrícula	Marca	Modelo	Funções
Pesado Mercadorias	82-74-UB	Mercedes	3340 K	Transporte de Resíduos
Pesado Passageiros	90-71-RV	Renault	Master	Transporte de Funcionários
Pesado Passageiros	99-34-RZ	Renault	Master	Transporte de Funcionários
Pesado Passageiros	90-70-RV	Renault	Master	Transporte de Funcionários
Pesado Passageiros	49-JS-28	Renault	Master	Transporte de Funcionários
Ligeiro Passageiros	61-43-MH	Ford	Transit 120 Van	Transporte de Funcionários
Ligeiro Passageiros	22-63-VH	Hyundai	H1	Transporte de Funcionários
Ligeiro Passageiros	70-04-IE	Toyota	Hiace	Transporte de Funcionários
Ligeiro Passageiros	36-38-QC	Toyota	Hiace	Transporte de Funcionários
Semi-reboque	VI – 3008	Titan	40'	Transporte de Contentores
Semi-reboque	L-141895	Fruehauf	40'	Transporte de Contentores
Semi-reboque	L-141896	Fruehauf	40'	Transporte de Contentores
Tractor/ Pesado	43-53-MD	Mercedes	1840 LS	Transporte de Contentores
Ligeiro Mercadorias	33-59-DR	Mitsubishi	Canter FE 441 EXLEA1	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	31-20-ED	Mitsubishi	Canter FE 331 BELEA3	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	46-32-EX	Mitsubishi	Canter FE 331 BELEA3	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	44-76-FB	Mitsubishi	Canter FE 331 BELEA3	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	46-33-EX	Mitsubishi	Canter FE 331 BELEA3	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	04-47-IU	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	08-52-LC	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	51-66-JS	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	89-61-LZ	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	58-45-RU	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	15-46-RU	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	15-22-RU	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	15-20-RU	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	15-19-RU	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	15-21-RU	Mitsubishi	Canter FE 531 E4	Corte/Transporte de Banana



Ligeiro Mercadorias	QI-18-54	Bedford	NKR 575/35	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	OE-19-95	Mitsubishi	Canter FE 331 EELE2	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	SE-09-29	Mitsubishi	Canter FE 331 EELE2	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	DX-20-58	Mitsubishi	Canter FE 331 EELE2	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	51-62-SG	Mitsubishi	Canter FE 534 E4SL	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	61-10-SH	Mitsubishi	Canter FE 534 E4SL	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	76-40-GG	Toyota	Dyna 250 31BUEO	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	24-DM-01	Izusu	NKR	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	24-DM-03	Izusu	NKR	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	27-56-DT	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	27-57-DT	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	90-75-ET	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	90-76-ET	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	90-77-ET	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	21-18-EV	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	21-17-EV	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	19-99-FM	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	92-36-FU	Mitsubishi	Canter FH 100	Transferências Entre Centros
Pesado Mercadorias	03-92-GR	Mitsubishi	Canter FE 331 EELEA4	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	RP-55-79	Toyota	WU 95L	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	61-RO-35	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	88-RJ-12	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	88-RJ-09	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	56-SB-77	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	56-SB-69	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	21-SE-54	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	39-RR-88	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	39-RR-89	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	61-RO-40	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana



Pesado Mercadorias	08-RU-66	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	08-RU-78	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	82-RX-50	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	82-RX-51	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	82-RX-53	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	56-SB-72	Mitsubishi	Canter FEA51E 6S15	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	UD-22-23	Mitsubishi	Fuso FM 515	Transporte de Cartão
Pesado Mercadorias	TP-62-31	Toyota	WU95L	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	91-38-DT	Toyota	Dyna 250 POBU89	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	91-39-DT	Toyota	Dyna 250 POBU89	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	91-40-DT	Toyota	Dyna 250 POBU89	Corte/Transporte de Banana
Pesado Mercadorias	91-41-DT	Toyota	Dyna 250 POBU89	Corte/Transporte de Banana
Ligeiro Mercadorias	67-47-TE	Opel	Corsa Combo	-
Ligeiro Mercadorias	66-LQ-92	Toyota	Hilux	-
Ligeiro Mercadorias	32-FG-92	Mitsubishi	L200	-
Ligeiro Passageiros	54-HZ-64	Opel	Astra	-
Ligeiro Passageiros	39-BZ-17	Opel	Corsa C	-
Ligeiro Mercadorias	37-24-DT	Opel	Corsa B	-
Ligeiro Passageiros	93-LO-15	Toyota	Yaris	-
Ligeiro Passageiros	50-HI-36	VW	NKR 575/56	-
Ligeiro Passageiros	50-HI-34	VW	NKR 575/56	-





Critérios de Adjudicação - ANEXO C

Preço da Mão de Obra - Fator 1

Preencher o campo a verde da tabela.

Componente (Especialidades)	Preço Unitário
Mão de Obra (Mecânica, Elétrica, Pintura, Bate-Chapa, Estofador, Preparação para Inspeção, Afições, Alinhamentos)	€

Nota: Se o valor do preço da Mão de Obra for inferior ao valor mínimo ou superior ao valor máximo utilizado nos Critérios de Adjudicação, exclui-se a proposta.



20-11-2024



Critérios de Adjudicação - Fator 2

Desconto em Peças

Preencher o campo a verde da tabela.

Componente	Valor aplicado
Desconto (%) %

Nota: Se o valor do Desconto em Peças for inferior ao valor mínimo ou superior ao valor máximo utilizado nos Critérios de Adjudicação, exclui-se a proposta.

Preencher todos os campos a verde de ambas as tabelas. Caso a viatura não utilize a peça em questão, deve assinalar-se o respetivo campo com "-".

Tabela 1 - Lista de preços unitários das peças a utilizar nas revisões de viaturas

Modelo da viatura		Mercedes Benz 3340k	Renault Master	Renault Master	Renault Master	Renault Master	Ford Transit	Hyundai H1	Toyota Hiace	Toyota Hiace	Mercedes Benz 1840 LS	Mitsubishi Canter FE 441 EXLEA1	Mitsubishi Canter FE 331 BELEA3	Mitsubishi Canter FE 331 BELEA3	Mitsubishi Canter FE 331 BELEA3
Item	Categoria da viatura	Pesado Mercad.	Pesado Passg.	Pesado Passg.	Pesado Passg.	Pesado Passg.	Ligeiro Passg.	Ligeiro Passg.	Ligeiro Passg.	Ligeiro Passg.	Pesado Mercad.	Ligeiro Mercad.	Ligeiro Mercad.	Ligeiro Mercad.	Ligeiro Mercad.
	Matrícula	82-74-UB	90-71-RV	99-34-RZ	90-70-RV	49-JS-28	61-43-MH	22-63-VH	70-04-IE	36-38-QC	43-53-MD	33-59-DR	31-20-ED	46-32-EX	44-76-FB
1	Óleo Motor (litro)														
2	Filtro Ar (un)														
3	Filtro Óleo (un)														
4	Filtro Combustível (un)														
5	Travões frente - calços para disco/tambor (jogo)														
6	Travões trás - calços para disco/tambor (jogo)														
7	Discos/tambor travão frente (par)														
8	Discos/tambor travão trás (par)														
9	Óleo Travão (litro)														
10	Kit embraiagem (un)														
11	Alternador (un)														
12	Bateria de arranque (un)														
13	Bomba de água (un)														
14	Fole Transmissão J/Roda (un)														

Nota 1: Se o valor total de todas as peças tabeladas for superior ao valor máximo utilizado nos Critérios de Adjudicação não se exclui a proposta.

Criti

[illegible]

érios de Adjudicação - Fator 3
e peças a utilizar nas reparações de viaturas

[illegible]



Critérios de Adjudicação - Fator 4

Diagnóstico e Reset de avarias

Preencher o campo a verde da tabela.

Componente	Preço Unitário
Diagnóstico e Reset de avarias €

Nota: Se o valor do Diagnóstico e Reset de avarias for superior ao valor máximo utilizado nos Critérios de Adjudicação, exclui-se a proposta.

20-11-2024

CP_11_GESBA/2024

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A
VIATURAS MULTIMARCA DA FROTA AUTOMÓVEL DA GESBA**

CADERNO DE ENCARGOS

NOVEMBRO/2024



ÍNDICE

PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Caderno de encargos

Cláusula 2.^a -Objeto

Cláusula 3.^a-Preço base

Cláusula 4.^a-Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

SECÇÃO II Contrato

Cláusula 5.^a-Cláusulas por que se rege o contrato

Cláusula 6.^a-Prazo de vigência do contrato

Cláusula 7.^a-Cessão da posição contratual

SECÇÃO III Obrigações contratuais

Cláusula 8.^a- Obrigações principais do cocontratante

SECÇÃO IV Incumprimento do contrato

Cláusula 9.^a-Penalidades

SECÇÃO V Resolução do contrato

Cláusula 10.^a - Resolução do contrato pelo contraente público

Cláusula 11.^a- Resolução por iniciativa do cocontratante

SECÇÃO VI Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 12.^a -Casos fortuitos ou de força maior

SECÇÃO VII Resolução de litígios

Cláusula 13.^a -Foro competente

PARTE II CLÁUSULAS ESPECIAIS

SECÇÃO I Preço contratual

Cláusula 14.^a- Preço contratual

SECÇÃO II Pagamento

Cláusula 15.^a- Condições de pagamento

PARTE III DISPOSIÇÕES FINAIS

SECÇÃO I Sigilo

Cláusula 16.^a -Proteção de dados

SECÇÃO II Comunicações e notificações

Cláusula 17.^a -Comunicações e notificações

SECÇÃO III Contagem dos prazos

Cláusula 18.^a -Contagem dos prazos

SECÇÃO IV Legislação aplicável

Cláusula 19.^a - Legislação aplicável

PARTE I

Disposições gerais

Secção I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

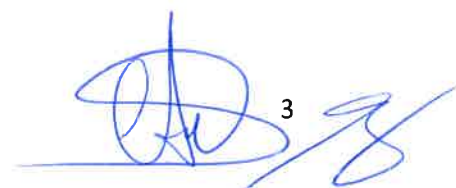
Caderno de Encargos

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2.^a

Objeto

1. O presente Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, aberto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, visa a **aquisição de serviços de manutenção e assistência técnica a viaturas multimarca da frota automóvel da GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda.**, melhor identificadas no anexo I ao programa do procedimento, e outras que possam vir a ser adquiridas futuramente, nos termos e condições insertos no presente caderno de encargos e nos estipulados na memória descritiva, também em anexo ao programa do procedimento, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos.
2. A presente prestação de serviços insere-se na categoria 50100000-6 "*Serviços de reparação e manutenção de veículos e equipamento afim, e serviços conexos*", constante do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary – CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (rectificada pela Rectificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.



3

Cláusula 3.ª

Preço base

1. O preço base global é de **EUR 600.000,00 (seiscentos mil euros)**, o que corresponde ao preço base anual de **EUR 200.000,00 (duzentos mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base fixado resultou dos preços obtidos em resultado de consulta preliminar ao mercado realizada nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP. A informação pertinente poderá ser disponibilizada aos futuros concorrentes, caso seja solicitada, em conformidade com a Orientação Técnica do IMPIC n.º 04/CCP/2019.

Cláusula 4.ª

Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

Para efeitos do disposto no artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, está submetido à concorrência, nos termos do disposto no presente Caderno de Encargos e no Programa do Procedimento:

- a) Preço da mão-de-obra/hora;
- b) Percentagem de desconto das peças não tabeladas;
- c) Preço das peças tabeladas; e
- d) Serviço de diagnóstico e *reset* de avarias.

Secção II

Contrato

Cláusula 5.ª

Cláusulas por que se rege o contrato



1. O contrato é celebrado por escrito, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Na interpretação e execução do contrato devem observar-se, para além de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis:
 - a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta do cocontratante;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta do cocontratante por este prestados.

3. Em caso de contradição, os documentos identificados no número anterior prevalecem sobre os demais pela ordem em que estão enumerados, com exceção da proposta do cocontratante, que prevalece sempre que o seu conteúdo for juridicamente compatível com os demais documentos que regem o contrato e sempre que seja mais favorável à entidade adjudicante.
4. Em caso de divergência entre os documentos identificados no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. As regras legais e regulamentares aplicáveis são observadas em todas as suas disposições imperativas e nas demais apenas na medida em que o regime que estabelecem não tenha sido alterado pelo contrato ou pelos documentos patenteados.
6. As epígrafes utilizadas no presente caderno de encargos e nos seus anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulamentação aplicável às relações contratuais deles emergentes, nem constituindo suporte para a interpretação ou integração do presente caderno de encargos ou daqueles documentos.
7. As remissões, ao longo do presente caderno de encargos, para cláusulas ou alíneas são efetuadas para números ou alíneas do clausulado do mesmo caderno de encargos, salvo se do contexto resultar sentido diferente.
8. Sem prejuízo do disposto em outros documentos relevantes, a interpretação e execução do contrato devem ser sempre orientadas de forma a assegurar a celeridade, a eficiência e a eficácia da execução do contrato.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência do contrato

1. O contrato objeto deste procedimento é **válido pelo período de 1 (um) ano** e produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.
2. O contrato renova-se automaticamente por sucessivos períodos de 1 (um) ano, até ao limite máximo de 3 (três) anos de vigência, salvo se for denunciado, por qualquer um dos outorgantes, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por qualquer uma das formas de notificação plasmadas no CCP.
3. A renovação do contrato é condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço contratual de cada um dos respetivos períodos de vigência.
4. Para efeitos do disposto no número um da presente cláusula, conta a data da última assinatura, quando esta ocorra em datas diferentes.

 5 

Cláusula 7.^a

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. À entidade adjudicante cabe apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Secção III

Obrigações contratuais

Cláusula 8.^a

Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestação dos serviços em conformidade com as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, com os requisitos técnicos e níveis de serviço definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - b) Manter todas as viaturas em bom estado de funcionamento, cumprindo com todas as normas e critérios de segurança, bem como com toda a legislação em vigor;
 - c) Responsabilizar-se por todos os danos causados à GESBA relativos à prestação dos serviços que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
 - d) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - e) Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
 - f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - g) Responsabilizar-se por quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade

- adjudicante venha a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- h) Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
 - i) Disponibilizar à entidade adjudicante a informação relevante para a gestão do contrato.
3. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Nos termos do artigo 419.º-A do CCP, na sua atual redação:
- 4.1. Os trabalhadores afetos a prestação de serviços cujo prazo seja superior a um ano têm de prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
 - 4.2. Os trabalhadores afetos a prestação de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período não inferior a prazo da prestação de serviços.
 - 4.3. O disposto no ponto 4.1. não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
 - 4.4. O disposto nos pontos 4.1. e 4.1. não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da prestação de serviços.

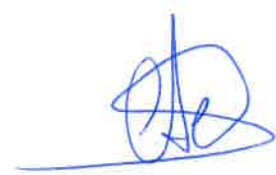
Secção IV

Incumprimento do contrato

Cláusula 9.ª

Penalidades

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato nos termos do disposto nos artigos 333.º do Código dos Contratos Públicos, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

 7 

- a) Em caso de atraso na prestação de serviços, o contraente público, notificará o cocontratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, regularizar a situação;
 - b) O contraente público aplicará ao cocontratante, por cada dia de atraso na prestação de serviço objeto do contrato, uma multa correspondente a 0,1% do preço do seu período de vigência inicial;
 - c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao cocontratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Caso o incumprimento das obrigações pelo cocontratante reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo cederá a sua posição contratual ao concorrente que, no presente procedimento, vier a ser indicado pelo contraente público, por ordem sequencial de classificação, nos termos previstos no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.


Secção V

Resolução do contrato


Cláusula 10.ª

Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público, pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao cocontratante:
 - a) A prestação de serviços se encontre gravemente prejudicada;
 - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução do serviço (quando houver atraso ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
 - c) O aumento injustificado dos preços;
 - d) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução do contrato;
 - e) A obstrução à atuação da entidade a quem compete a verificação da execução do contrato, quando esta é realizada nos termos do presente caderno de encargos;
 - f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.



8



2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao cocontratante dos serviços já realizados em conformidade com o contrato.

Cláusula 11.^a

Resolução por iniciativa do cocontratante

O cocontratante poderá resolver o contrato nos termos previstos na lei.

Secção VI

Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 12.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - b) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - c) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Secção VII
Resolução de litígios

Cláusula 13.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II
CLÁUSULAS ESPECIAIS

Secção I

Preço contratual

Cláusula 14.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega, as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente caução, quando aplicável, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Secção II

Pagamento

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o cocontratante deve apresentar ao contraente público a correspondente fatura, **a qual só poderá ser emitida após a realização dos serviços.**
2. **A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da requisição, bem como tem de conter a descrição do objeto (serviço) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.**
3. O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias **após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.**
4. Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no ponto anterior, são devidos juros moratórios nos termos da lei.
5. O cocontratante deve processar faturas eletronicamente no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, exceto para as micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades adjudicantes, as quais só têm essa obrigação a partir de 1 de janeiro de 2025.
6. O EDI utilizado pela entidade adjudicante é o iLink – Solução EDI e faturação eletrónica, acessível através sítio da internet www.ilink.pt.
7. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

PARTE III
Disposições finais


Secção I

Sigilo


Cláusula 16.ª

Proteção de dados

1. O cocontratante está obrigado a um dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com a GESBA, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. O cocontratante não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços à GESBA, não podendo transmiti-los a terceiros.
3. O dever de confidencialidade e as demais obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o cocontratante e a GESBA.
4. Mediante solicitação, por escrito, pela GESBA, o cocontratante devolverá todos os documentos, registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso no âmbito da execução do contrato.
5. Mesmo que não seja solicitado, no final do contrato o cocontratante deverá proceder à eliminação dos dados pessoais, salvo se outro prazo de conservação se aplicar ao tipo de dados pessoais.
6. Em caso de perda ou acesso indevido à informação e/ou dados pessoais ou parte deles, o cocontratante notificará imediatamente a GESBA, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.



12



Secção II

Comunicações e notificações

Cláusula 17.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Secção III

Contagem dos prazos

Cláusula 18.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.

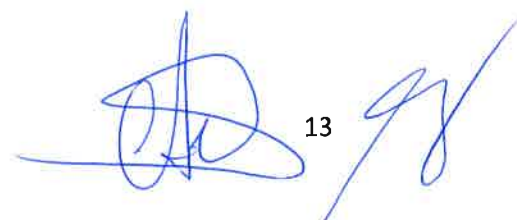
Secção IV

Legislação aplicável

Cláusula 19.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.



13